

Terceira parte - Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político

Bernardo Sorj

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político. pp. 115-125. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Terceira Parte

**Fernando Henrique Cardoso,
o sociólogo e o político**

Militante, no início dos anos 50, na luta pela nacionalização dos recursos naturais e exploração do petróleo, simpatizante do Partido Comunista, renovador da sociologia marxista, socialista declarado ainda na década de 80, Fernando Henrique Cardoso na presidência da República governou apoiado por uma coalizão de partidos à direita do espectro político, que teve (até o momento, dezembro de 2000) como principais realizações a estabilidade monetária e reformas constitucionais que levaram à privatização de boa parte das empresas públicas e à abertura ao capital estrangeiro de praticamente todas as áreas da economia.

Da perspectiva de um observador menos sensível à biografia do presidente, as opções políticas de Fernando Henrique Cardoso não causariam espanto, pois eleito graças ao apoio popular sustentado no êxito do plano real e a uma aliança partidária apoiada pelos grupos sociais dominantes, a nível nacional e internacional, a margem de manobra de seu governo era limitada. Se fosse para ser julgado ou avaliado, esse julgamento deveria ter como parâmetro suas realizações dentro das possibilidades demarcadas pelo jogo de forças políticas e da base de sustentação parlamentar dentro da qual exerceu a presidência. No que diz respeito à sua biografia acadêmica, ela seria em boa medida um elemento anedótico, pois a lógica de funcionamento e sobrevivência no interior do subsistema político tem pouco ou quase nada a ver com a lógica dos subsistemas científico ou ideológico.

Para a intelectualidade brasileira, e inclusive para Fernando Henrique Cardoso, as coisas não são tão simples, nem poderiam ser. Para todos, e particularmente para aqueles que compunham o

círculo mais próximo do presidente, e o próprio presidente, trata-se de explicar o que aconteceu com sua trajetória biográfica.

O presidente Fernando Henrique Cardoso entrou tarde na política. Ainda nos anos 80, já senador da República, ocupava a presidência da Associação Internacional de Sociologia. Assim, é natural que mantenha um desejo de reconhecimento por seus pares do mundo acadêmico. Não é de estranhar, portanto, que em suas inúmeras entrevistas e intervenções como presidente da República transpareçam sua acuidade sociológica e sua enorme capacidade de captar a dinâmica da sociedade brasileira. Complicado, porém, para todas as partes, é separar o intelectual do político, a fala do sociólogo da prática, e interesses, do presidente da República. Essa dupla identidade, de intelectual-presidente, cria vários nós e um espaço enorme de ambigüidade, que na seqüência procuraremos, na medida do possível, desemaranhar.

Na entrevista que realizamos 20 anos atrás com Fernando Henrique Cardoso, quando ainda não ocupava nenhum cargo público, ele afirmou sua crença, inspirada em Max Weber,¹ na necessidade de separar a ética de convicções, que orientaria a pesquisa científica e na qual os meios estão a serviço dos fins, da ética da responsabilidade, típica do político, na qual a ação deve levar em consideração o campo efetivo de suas conseqüências, inclusive as imprevisíveis.

O presidente, 20 anos depois, parece manter esta visão. Como político, ele orientaria sua ação pelo horizonte do possível, ao passo que como analista da sociedade brasileira continuaria pensando como um cientista social, tendo como único compromisso a busca da verdade. Mas é esta separação possível? Pode o presidente e o sociólogo se afastarem a tal ponto que o segundo não esteja a serviço do primeiro, que a análise social, por mais brilhante que seja, deixe de ser um instrumento de justificação das ações do político?

O papel central que Fernando Henrique ocupou nas ciências sociais no Brasil, dos anos 60 aos 80, faz com que suas ações na presidência da República produzam divisões e mobilizem emoções

fortes em proporção direta com a identificação da intelectualidade com sua figura. Para parte importante da intelectualidade, as opções políticas do presidente produziram sentimentos de frustração, de abandono e mesmo de traição. Insatisfação fortalecida pela atitude do presidente de congelar os salários do funcionalismo público por longos períodos — e a maioria da comunidade científica é empregada pelo governo — e pela indefinição e por vezes descaso em relação à política científica e tecnológica e às necessidades de reorganização do sistema de universidades públicas.

As dificuldades aumentam quando parte do discurso do presidente tem como objetivo desqualificar a capacidade intelectual das esquerdas (leia-se PT) de compreender o Brasil. Aqui, Fernando Henrique Cardoso realiza um duplo movimento: por um lado reivindica para as políticas de seu governo aquilo que constitui o coração da tradição de esquerda — representar os interesses das camadas populares — e por outro denuncia a oposição ao governo pela falta de projeto, por representar interesses corporativos e por estar associada a uma visão retrógrada e a interesses do passado.

Os ressentimentos se aguçam quando o presidente nos seus discursos toca nas feridas da esquerda (em particular a falta de projeto para enfrentar os processos de globalização e o corporativismo do funcionalismo público), que sendo com certeza corretas, não deixam de ser vividas como paradoxais, pois, afinal, quem melhor que Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, para contribuir, dentro de uma perspectiva crítica, para desvendar e propor caminhos alternativos para a sociedade brasileira?

O círculo imediato dos parceiros de Fernando Henrique no Cebrap dos anos 70, em particular, foi o mais mobilizado pelas opções do presidente, sendo seus opositores talvez não majoritários mas com certeza os mais expressivos. Possivelmente o crítico mais virulento do governo Cardoso é Francisco de Oliveira.² Para ele o governo de Fernando Henrique, através de sua política econômica e mudanças na legislação trabalhista, criou uma sociedade excludente, que condena parte importante da população ao *apartheid* social, montado numa estrutura de dominação de meios de comunicação que destrói a vida política e o espaço público. Para Chico

de Oliveira, a sociedade brasileira teria características totalitárias, apesar de manter o jogo político democrático formal. Segundo ele, estaríamos numa república de Weimar onde se incubaria a serpente totalitária.

O tipo de recorte crítico de Chico de Oliveira, mesmo descontadas sua paixão verbal e suas imagens metafóricas, não encontra, em geral, eco na intelectualidade de oposição. Inclusive porque a maior parte desta se identifica com o PT e pretende chegar a governar o Brasil num futuro não distante, e, portanto, se a situação pode apresentar lados sombrios, não pode ser vivida nem pensada como um beco sem saída. Em termos mais gerais, o pessimismo frankfurtiano que Chico de Oliveira explicitamente assume tem pouca afinidade com o viés otimista da cultura nacional.

Paul Singer, num estilo diferente, centra sua crítica na confrontação entre o que presidente diz e o que faz.³ Ele argumenta que Fernando Henrique Cardoso, quando analisa a realidade social, sustenta as mesmas críticas da oposição em relação aos efeitos negativos da globalização, à necessidade do país possuir uma política industrial e defender a universalização dos serviços públicos. O que mais irrita e preocupa Paul Singer é a tendência, que ele identifica no presidente, de desqualificar qualquer representante da sociedade como expressão de interesses parciais, enquanto ele representaria o interesse geral. Esta posição daria ao presidente licença para desconsiderar e não dialogar com os vários setores organizados das classes populares.

A tendência de Fernando Henrique Cardoso de expressar críticas constantes aos processos de globalização pode ser vista como um simples exercício de apropriação do discurso da oposição, e sem dúvida existe uma vontade do presidente de hegemonizar todo o espaço político, mas elas refletem igualmente, como veremos adiante, uma dimensão trágica: a expressão de uma contradição efetiva de um presidente que executa um projeto social alheio a sua tradição intelectual e ideológica.

Roberto Schwarz, num belo ensaio⁴ — como todos os que saem de sua pena —, onde analisa o percurso do Seminário de Marx, indica que Fernando Henrique Cardoso na presidência é a

confirmação do que o Seminário, e em particular os trabalhos sociológicos de Fernando Henrique, haviam constatado: o enorme poder das classes dominantes no Brasil, em particular graças a suas relações privilegiadas com o exterior, de impor seus projetos à sociedade. Aproximando-se de Francisco de Oliveira, sugere que a distância do Seminário de Marx de certos temas de crítica radical ao capitalismo, do tipo proposto pela escola de Frankfurt, como o da degradação da cultura produzida pela mercantilização das relações sociais, que se expressa na baixa sensibilidade do grupo frente aos temas da cultura, estaria associada ao compromisso desta geração de pensar saídas para o Brasil.⁵ Em suma, apesar de sua perspectiva crítica, a turma do Seminário de Marx, tendo como horizonte a nação e as alternativas para o desenvolvimento econômico, estaria no mesmo território ideológico do ISEB, ao qual, aliás, Roberto Schwarz dedica alguns parágrafos generosos.⁶ Ele constata o que outros autores, notadamente Pécaut, já haviam assinalado: a extrema proximidade entre as elites intelectuais e o poder político, o saber e sua vontade de poder, a produção de conhecimento e a engenharia social a serviço de um projeto nacional.

A crítica de Roberto Schwarz, ainda que apresente elementos pertinentes, nos parece conter um ranço elitista, pois ecoa a defesa saudosista de um mundo em vias de desaparecimento, uma visão onde as massas estariam indefesas frente à capacidade predatória das classes dominantes, hoje totalmente internacionalizadas, econômica e culturalmente. Essa postura abre mão do esforço de compreender como os conflitos sociais e formas de solidariedade social se renovam e assumem novas formas e objetos, como, em suma, a vida continua, as estruturas sociais se transformam e o inesperado rompe com as amarras dos grupos sociais dominantes ou de esquemas teóricos sólidos mas já ultrapassados.

A defesa mais sistemática das posições de presidente foi feita, até hoje, pelo próprio Fernando Henrique Cardoso.⁷ Outros colegas, em particular José Arthur Giannotti e especialmente Bolívar Lamounier, apresentam periodicamente, geralmente na imprensa, uma versão favorável do governo FHC. A linha fundamental de defesa é a inexistência de um projeto da oposição, e que, nesse

contexto, Fernando Henrique Cardoso é uma garantia de um governo decente frente à alternativa de uma direita fisiológica.

Na bibliografia das ciências sociais ainda são poucos os esforços de interpretação da presidência de Fernando Henrique, o que é compreensível na medida em que não chegou a completar o seu segundo mandato. Ainda assim, uma tentativa de balanço do primeiro mandato foi realizada pela revista *Tempo Social*,⁸ em particular no artigo de Brasílio Sallum Jr.,⁹ no qual embora mantendo uma perspectiva crítica, não apresenta uma visão simplista do governo Fernando Henrique, indicando a existência de duas tendências no núcleo de poder associado ao presidente, uma de caráter neoliberal- fundamentalista e outra liberal-desenvolventista. Além desse artigo, outros trabalhos tratam de temas setoriais, na maioria dos casos indicando avanços nas áreas analisadas, ainda que considerados geralmente parciais e tímidos.

As relações entre a intelectualidade e o governo Fernando Henrique Cardoso ainda estão por serem analisadas e, com certeza, mostrarão muito mais nuances do que oposições. Entre aqueles incondicionalmente seduzidos pelo presidente e os críticos mais ferozes, encontra-se a maioria constituída por um amplo leque de cientistas sociais, que, embora geralmente crítico da orientação geral e das alianças do governo, não deixou de participar, em pesquisas promovidas pelos diversos ministérios, na orientação das políticas públicas, contribuindo assim para a sustentação e legitimação do próprio governo.

Passado o primeiro choque com as opções políticas do presidente, com certeza teremos no futuro estudos capazes de avaliar o governo de Fernando Henrique a partir da óptica das margens de manobra efetiva — tanto no âmbito nacional como internacional —, dentro das quais operou. Uma futura avaliação da presidência de Fernando Henrique exigirá, em primeiro lugar, um esforço analítico de distinguir os diferentes critérios utilizados para julgá-lo. No debate brasileiro atual sobre as grandezas e misérias do governo, além da natural falta de rigor da retórica política, impera em geral uma mistura confusa de problemas colocados pelas relações entre ética, moral e política. Uma boa parte da intelectualidade de

esquerda ainda não se definiu pelo respeito da ordem constitucional, o cumprimento da lei e a responsabilidade pública como os critérios básicos de avaliação da ética e moralidade numa democracia.

O projeto societário e as políticas aplicadas por Fernando Henrique são estranhas à sua formação intelectual e política e à de sua geração. Elas foram elaboradas fora dos marcos ideológicos e teóricos nos quais ele transitou como sociólogo. Os argumentos com os quais procura mostrar uma coerência entre seus atos e suas visões do passado são uma construção a posteriori, muitas vezes brilhante mas sustentada por andaimes muito frágeis. Fernando Henrique sabe que o mundo mudou, que a partir do momento em que a alternativa socialista deixou de ser parte do seu horizonte, mesmo distante, os antigos parâmetros se esfacelaram e a bússola enlouqueceu. Embora surjam discursos sobre uma nova esquerda, uma terceira via, as idéias ainda são precárias e em geral pouco adaptadas ao clima social brasileiro. Os tijolos do governo Fernando Henrique Cardoso provêm de outras oficinas de produção de conhecimento, distantes daquelas onde ele exerceu seu artesanato intelectual.

Mas este comentário, para ser justo, deve ser estendido aos críticos do presidente. Se ele não pode ser coerente com seu passado, na medida em que deve enfrentar a responsabilidade de governar em tempos novos, nenhum dos membros de sua geração, com responsabilidades públicas, teria condições de sê-lo. A turma sênior do Cebap, nos anos 70, não enfrentou os temas da globalização, das empresas públicas, do patrimonialismo do Estado, das novas tecnologias, do enfraquecimento do proletariado industrial e, particularmente, do fim do comunismo. Mas numa época de transformações sociais profundas, ao longo de uma vida em que os paradigmas societários mudam mais de uma vez, não se pode exigir de uma geração que consiga ser permanentemente coetânea com sua contemporaneidade.

A oposição de esquerda chegou aos anos 80 com expectativas exageradas quanto à capacidade da democracia política e dos novos movimentos sociais de transformar a sociedade. Na prática, a transição democrática coincidiu com um período em que a energia

social era gasta em conter a inflação, que expressava a crise final de um modelo de desenvolvimento e a necessidade de propor novos mecanismos de distribuição de riquezas e de inserção do Brasil no mercado internacional.¹⁰ A oposição não conseguiu sair do campo das afirmações de princípio e de fidelidade à sua vocação socialista, permanecendo na prática no terreno da defesa de um modelo de desenvolvimento associado a um Estado com fortes traços autoritários e que privilegiou o setores minoritários da população, e aos grupos de interesse a ele associado.

Afirmar que a presidência Fernando Henrique Cardoso é a aplicação local de fórmulas liberais é uma obviedade e uma mistificação, pois diz muito pouco sobre o significado específico que essas políticas tiveram no contexto da sociedade brasileira. No Brasil a inflação foi uma verdadeira peste, que castigou em particular os setores mais pobres da população e favoreceu a irresponsabilidade governamental e o parasitismo financeiro. A luta contra a inflação, independentemente de ir ao encontro dos interesses dos investidores estrangeiros, foi uma política que favoreceu os setores sociais mais pobres. As críticas aos eventuais erros ou à rigidez na aplicação desta política contêm muitas vezes uma dose de ambigüidade quanto à prioridade que deveria ter a luta antiinflacionária. E isto não é casual: a esquerda no Brasil ainda visualiza sua atuação fundamentalmente através de um hiperativismo estatal, cujo resultado não raro é a geração de processos inflacionários.

As privatizações e a reforma do Estado vão na direção de desmantelamento de um Estado que cooptava as classes médias e o empresariado mas que excluía grande parte da população. Sem dúvida pode e deve ser questionada a forma pela qual esses processos foram realizados, em particular no caso das privatizações a eficácia, transparência e representatividade dos novos sistemas de controle e regulação dos serviços públicos entregues a concessionários privados. Mas aqui novamente deve se ter clareza e coragem de explicitar o que está sendo questionado.

A implantação das reformas foi feita sem cair nos piores exemplos do continente: o menemismo (as privatizações como

assalto ao Estado e total desconsideração pelo interesse público e a estabilização monetária como desmantelamento da indústria nacional) ou o fujimorismo (a tentação autoritária). O único traço que o governo de Fernando Henrique compartilha com esses outros presidentes latino-americanos foi ter mudado a Constituição para assegurar um segundo mandato. E tudo indica que, de forma similar aos outros casos, o preço pago foi alto demais. Embora possa-se argumentar que ele assegurou a continuidade do programa econômico, trata-se de um segundo mandato com pena e sem glória, em que, esgotado o programa básico de reformas constitucionais e privatizações, o espaço político ficou à mercê das pequenas negociações de sustentação parlamentar do governo embaladas nas alianças que garantiram a reeleição do presidente.

Quem sabe, o mérito principal da presidência Fernando Henrique Cardoso tenha sido o de romper com o velho estilo de “salvador da Pátria”, de intelectual-iluminado com direito a impor seus projetos mirabolantes em forma autoritária à sociedade. Mérito que não desautoriza críticas, tanto às políticas específicas quanto às estratégias de governo.

Assim, por exemplo, as agências de regulação dos serviços públicos privatizados foram montadas tardiamente e ainda devem demonstrar sua capacidade de assegurar a universalização dos serviços e a defesa do interesse público. As políticas sociais implementadas pelo governo com certeza poderiam ter sido menos tímidas, e sua política de flexibilização da legislação trabalhista é questionável. A distância e a falta de diálogo com os movimentos sociais, embora difíceis de evitar, dadas as divergências básicas em torno das privatizações e do programa de reforma constitucional, deverão ser sanadas por futuros governos, sob pena de incubar sentimentos de descrença na democracia representativa e de judicialização descontrolada do conflito social.¹¹

O presidente e sua equipe são produto de uma elite gerada por um modelo de Estado que, apesar de suas inúmeras limitações, colocou o Brasil entre as grandes economias do mundo e formou gerações de intelectuais, cientistas e técnicos de primeira grandeza.

A reforma do Estado não pode significar o desmantelamento irracional das instituições de pesquisa e de ensino superior, apesar de suas enormes falhas e corporativismo irresponsável. A formação de elites intelectuais e administrativas não pode ser reduzida nem aos parâmetros do mercado nem totalmente submetida a políticas distribucionistas

O papel histórico da presidência de Fernando Henrique Cardoso consiste em ter suprimido a inflação e implantado as bases de um novo modelo de desenvolvimento frente ao qual a sociedade não apresentava outras alternativas. Seu governo, em suma, realizou um programa liberal que, no contexto brasileiro, tinha implicações potencialmente democratizantes. Mas essas implicações são uma virtualidade. Esse potencial está longe de ser concretizado, e o novo modelo pode muito bem levar a processos crescentes de exclusão e desintegração social e a um novo ciclo autoritário.

Nada assegura que no lugar do velho modelo em que uma minoria era protegida dos riscos frente ao desemprego e à velhice, passemos à universalização do risco, que no contexto brasileiro atual significa que cada cidadão deverá pagar em paralelo pela sua segurança física, pela educação, saúde e aposentadoria, financiando ao mesmo tempo um Estado incapaz de assegurar uma malha de políticas sociais que assegurem um mínimo de condições de vida decente para o conjunto da população.

O governo Fernando Henrique Cardoso criou, paradoxalmente, as condições de governabilidade para um futuro governo de oposição de esquerda, na medida em que aplicou políticas de estabilização e realizou reformas que seriam travadas pela base de sustentação sindical do PT e às quais dificilmente poderiam, em maior ou menor intensidade, furtar-se. O projeto da oposição pode agora se concentrar num programa político sustentado no apelo a políticas de apoio aos setores sociais mais carentes e à decência administrativa. Um governo de esquerda no Brasil deverá orientar-se no sentido da experiência do governo chileno de coalizão cristã-democrática/socialista, de convivência com as reformas liberais, de diálogo com a sociedade civil e fortalecimento das políticas sociais,

respeitando os parâmetros de disciplina fiscal e de convivência com o investimento estrangeiro produtivo.

* * *

O político, segundo Weber, deve ter consciência de que sua vocação o levará a comprometer-se com “potências diabólicas”, tanto pela procura da eficácia, mesmo com o sacrifício de suas crenças, como pelas conseqüências imprevisíveis de sua própria ação. O intelectual, orientado por outra ética, também ela comprometida com valores sociais, deve participar do esforço de busca irrestrita de novos fatos e interpretações, que é sua contribuição específica para o desencantamento do mundo, isto é, a forma crítica moderna de auto-compreensão. No Brasil os cientistas sociais e os políticos ainda refletem uma sociedade que os leva constantemente a imaginar atores, às vezes eles mesmos, com atributos de santidade e potencial messiânico, o que mistifica o papel social de cada um. À medida que a sociedade se democratiza, quem sabe, poderão consolidar-se as duas éticas de Weber e as formas específicas pelas quais cientistas sociais e políticos representam a sociedade em lugar de querer substituí-la.